

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2012 - RP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23.851/DRPT/2012

OBJETO: Promover o registro de preços, consignados em ata, para contratação de serviços, a título de locação, de estrutura de treliças tubulares de alumínio com encaixe universal – Box Truss para atender demanda da Belotur durante 12 (doze) meses, conforme especificações e condições que constam do Anexo I deste edital.

- **TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE/LOCAÇÃO/DIÁRIA**
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** dia 04/06/2012, às 14h00min.
- **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES:** dia 04/06/2012, às 14h15min.
- **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** as consultas poderão ser formuladas de acordo com o item “5” deste edital.
- **PRAZO DA DISPUTA:** 05 minutos por lote, mais um tempo aleatório de até 30 minutos. O sistema emitirá, durante a disputa, aviso alertando para o fechamento iminente do pregão.
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.licitacoes-e.com.br.
- **FONE:** 31- 3277-9706 - **FAX:** 31 - 3277- 9730.
- **CARTILHA DO FORNECEDOR:** Deverá ser de conhecimento de todos os licitantes, podendo ser impressa por meio do “site” www.licitacoes-e.com.br, através do “link” “Introdução às Regras do Jogo”, para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2012 - RP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23.851/DRPT/2012

1. DO PREÂMBULO

1.1. A Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET torna público para conhecimento dos interessados que realizará Pregão, na **forma eletrônica**, nos termos dos Decretos Municipais nº. 12.436/06, nº. 12.437/06, nº. 12.976/07, das Leis Federais nº. 8.666/93 e nº. 10.520/02, Decreto Federal nº. 3.931/2001 e Lei Complementar nº. 123/06, normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

1.2. Constituem anexos do presente edital e dele fazem parte os seguintes documentos:

- a) ANEXO I** – Termo de Referência: Descrição dos serviços que terão seus preços registrados com indicação das quantidades totais estimadas;
- b) ANEXO II** – Modelo da Proposta de Preços;
- c) ANEXO III** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) ANEXO IV** – Minuta de Contrato de Compromisso de Fornecimento.
- e) ANEXO V** – Declaração no caso de ser beneficiário da Lei Complementar nº. 123/2006.

2. DO OBJETO

2.1. Promover o registro de preços, consignados em ata, para contratação de serviços, a título de locação, de estrutura de treliças tubulares de alumínio com encaixe universal – Box Truss para atender demanda da Belotur durante 12 (doze) meses, conforme especificações e condições que constam do Anexo I deste edital.

2.2. O serviço será executado quando solicitado, na forma e condições fixadas no presente instrumento e no Anexo I, parte integrante deste edital.

2.3. As quantidades constantes do Anexo I são **estimadas**, não se obrigando a Administração pela aquisição total indicada.

2.4. O objeto estimado deste pregão poderá ser reduzido aquém dos limites estabelecidos no parágrafo 2º, inciso 2º do artigo 65 da lei nº. 8.666/93, desde que seja acordado entre as partes.

2.5. As licitantes classificadas no certame estão obrigadas a apresentação dos documentos para habilitação e assinatura da ata de registro de preços.

3. DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

3.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por empregado da Belotur, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante do “site” www.licitacoes-e.com.br.

3.3. Qualquer problema relacionado com o site, acima informado, deverá ser solucionado pelo interessado, sendo que o telefone do SUPORTE DO BANCO

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes das contratações futuras estimadas neste edital serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

- a) 2805.0002.23.695.086.2.629.339039.0300.
- b) 2805.0002.23.695.086.2.630.339039.0300.
- c) 2805.0003.23.695.086.2.900.339039.0300.

5. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

5.1. Os questionamentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública via INTERNET, para o endereço – licitacoes.belotur@pbh.gov.br, ou entregue por escrito na Rua Aimorés, nº. 981 - 5º andar, Funcionários – Belo Horizonte – MG, CEP 30.140-071, no horário de 9h00min as 17h00min.

5.2. As consultas serão respondidas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no campo “mensagens”, no “link” correspondente a este edital e poderão ser acessadas por todos os licitantes.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) Empresas reunidas em Consórcio, independentemente de sua forma de constituição;
- b) Empresas que se encontrarem sob falência, procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- d) Empresas que tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos da legislação vigente;
- e) Empresas estrangeiras;
- f) Empresas das quais participem, direta ou indiretamente: Empregado, Membro do Conselho ou Diretoria da (i) Belotur; da (ii) Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; e/ou de (iii) Entidades da Administração Indireta do Município de Belo Horizonte.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

7.1. Será considerado habilitado o licitante que atender ao disposto abaixo:

7.1.1. Se cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município – SUCAF:

- a) com situação regular e habilitado na linha de serviço compatível com o objeto licitado deverá apresentar ao pregoeiro a documentação prevista nos subitens 7.1.1.1.a a 7.1.1.2. deste Edital;
- b) com documentação vencida, mas, habilitado na linha de serviço compatível com o objeto licitado, deverá apresentar ao pregoeiro o(s) documento(s) regularizador(es) e a documentação prevista no subitens 7.1.1.1. a 7.1.1.2 deste Edital;
- c) com situação regular, mas não habilitado na linha de serviço compatível com o objeto licitado, deverá apresentar ao pregoeiro além dos documentos exigidos nos subitens 7.1.1.1. a 7.1.1.2 deste edital, o estatuto ou contrato social em vigor e sua última alteração devidamente registrados e consolidados, que será analisado pela Comissão Permanente Licitação.

7.1.1.1. Atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza, quantidade e prazo compatíveis com o

objeto deste pregão, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

I.O(s) atestado(s) deverá (ao) estar emitido(s) em papel (is) timbrado(s) do(s) Órgão (s) ou da (s) empresa(s) que o expediu (ram) ou deverá conter carimbo com CNPJ do(s) mesmo (s).

II. O (s) atestados (s) de capacidade técnica poderá (ao) ser apresentado (s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

7.1.1.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada sua substituição por balancete ou balanços provisórios.

7.1.1.2.1. Será considerado aceito, na forma da lei, o balanço patrimonial assim apresentado:

a) Para Sociedades Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do licitante;

b) Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas do Balanço Patrimonial e a demonstração do resultado do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e de encerramento registrados na Junta Comercial ou Cartório;

c) As empresas com menos de 1(um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de Final de Exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis na forma da lei envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência.

7.1.1.2.2. O balanço patrimonial e demonstrações contábeis do resultado do último exercício social deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.1.1.3. Apresentar o cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, independentemente da apresentação do balanço patrimonial, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado igual ou maior do que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.1.1.3.1. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos, caso o memorial dos cálculos dos índices não seja apresentado.

7.1.1.4. Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93.

Quadro 01 – Modelo (sugerido) de Declaração de Menores

DECLARAÇÃO

[inserir nome e qualificação completa] DECLARA, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

[inserir local e data]

[inserir nome e assinatura do representante legal do proponente]

7.1.2. Se não cadastrado no SUCAF, deverá apresentar toda documentação relacionada abaixo:

7.1.2.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, em caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, devidamente registrado e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando se tratar de sociedade por ações;
- c) Inscrição do ato constitutivo em cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza das atividades comerciais e à Administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

7.1.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, conforme artigo 29 da Lei 8.666/93 alterado pelo art. 3º da Lei 12.440/ 2011.

7.1.2.3. Qualificação Econômico- Financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios.

a.1) Será considerado aceito, na forma da lei, o balanço patrimonial assim apresentado:

I) Para Sociedades Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do licitante;

II) Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas do Balanço Patrimonial e a demonstração do resultado do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e de encerramento registrados na Junta Comercial ou Cartório;

III) As empresas com menos de 1(um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de Final de Exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis na forma da lei envolvendo seus direitos,

obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência.

a.2) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis do resultado do último exercício social deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) Apresentar o cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, independentemente da apresentação do balanço patrimonial, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado igual ou maior do que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.1) Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos, caso o memorial dos cálculos dos índices não seja apresentado.

c) Prova de Capital Social Mínimo Integralizado de 10% (dez por cento) do valor da proposta.

d) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

7.1.2.4. Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93.



Quadro 02 – Modelo (sugerido) de Declaração de Menores

DECLARAÇÃO

[inserir nome e qualificação completa] DECLARA, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

[inserir local e data]

[inserir nome e assinatura do representante legal do proponente]

7.1.2.5. Qualificação Técnica:

I. Atestado(s) de capacitação técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza, quantidade e prazo compatíveis com o objeto deste pregão, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, conforme prevê o art. 30 da Lei nº. 8.666/93.

II. O(s) atestado(s) deverá (ao) estar emitido(s) em papel (is) timbrado(s) do(s) Órgão (s) ou da (s) empresa(s) que o expediu (ram) ou deverá conter carimbo com CNPJ do(s) mesmo (s).

III. O (s) atestados (s) de capacidade técnica poderá (ao) ser apresentado (s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

7.2. Indicação, por meio de declaração, de profissional registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, assumindo a responsável técnica pela execução do objeto deste edital:

Quadro 3 – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Declaramos para efeito de participação no Pregão Eletrônico nº. 008/2012 - RP, conforme disposto no respectivo Edital e em seus anexos, que, de acordo com a legislação do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Sr. _____, registrado no CREA _____ sob o nº _____ é responsável técnico pela execução do objeto licitado.

Local ____ de _____ de 2012.

Assinatura: _____
(Representante da Proponente)

7.2.1. Caso ocorra substituição do profissional responsável técnico, a empresa deverá comunicar o fato ao CREA MG.

7.3. Comprovante de registro da proponente (pessoa jurídica) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-MG.

7.3.1. Empresas registradas em outro CREA deverão apresentar o visto para licitação concedido na Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA de origem, de acordo com Resolução 413/97 CONFEA.

7.3.2. Caso a empresa vencedora do certame seja registrada em outro CREA deverá apresentar o visto para execução concedido na Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA de origem, de acordo com Resolução 413/97 CONFEA.

7.4. Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93 (se for o caso):

Quadro 04 – Modelo de Declaração de Menores

DECLARAÇÃO

[*inserir nome e qualificação completa*] DECLARA, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menor de 16 (dezesesseis) anos,

Emprega menor na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos:

- SIM
 NÃO

[*inserir local e data*]

[*inserir nome e assinatura do representante legal do proponente*]

7.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, devendo ser observado:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma;
- b) se a licitante for
- c) a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6. Para fins de habilitação, **os documentos que não possuírem prazo de validade** deverão possuir data de emissão de no máximo **180 (cento e oitenta) dias**, tendo como referência a data de abertura do pregão.

7.6.1. Não se enquadram no **subitem 7.6** os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.

7.7. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, **mesmo que esta apresente alguma restrição.**

7.7.1. Para efeito da comprovação referida no subitem acima poderá ser admitida a certidão constante do CRC – Certificado de Registro Cadastral/SUCAF.

7.7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a devida regularização ocorrerá conforme disposto no subitem 7.6.

7.8. Para efeito do julgamento da habilitação, o pregoeiro considerará como referência para a validação dos documentos a data da abertura das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

7.9. A regularidade da situação do licitante no SUCAF será confirmada por meio de consulta on-line ao Sistema. Procedida a consulta, serão impressos relatórios de situação de cada participante.

7.10. Os documentos exigidos nos subitens acima deverão ser encaminhados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou pelo pregoeiro ou, ainda, por sua respectiva equipe de apoio, sendo o prazo máximo para a sua apresentação de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação pelo pregoeiro, para o seguinte endereço: Rua Aimorés, nº 981 – 5º andar, Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP: 30140-071.

7.10.1. Serão aceitas somente cópias legíveis;

7.10.2. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

7.10.3. Quando necessário, o pregoeiro solicitará o envio da documentação, via fax, através do nº. 3277-9730.

8. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá em especial as seguintes atribuições:

- a)** coordenar o procedimento licitatório;
- b)** receber, examinar e decidir as impugnações e consultas relativas ao edital;
- c)** abrir e conduzir a sessão pública na internet;
- d)** abrir as propostas de preços, examiná-las e classificá-las para a disputa de lances;
- e)** conduzir a etapa de lances;
- f)** julgar a proposta e a habilitação do arrematante;

- g)** receber, examinar e decidir recurso, encaminhando-o à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h)** declarar o vencedor do certame;
- i)** adjudicar o objeto, exceto quando, havendo recurso, mantiver a sua decisão, hipótese em que a adjudicação será feita por autoridade superior;
- j)** encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.

8.2. Todas as ações do pregoeiro serão formalizadas, preferencialmente, via Sistema Eletrônico.

9. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

9.1. Os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no País.

9.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa devidamente justificada do Banco do Brasil S/A.

9.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Banco do Brasil S/A ou ao Município de Belo Horizonte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

9.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

10. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

10.1. O acesso deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.

10.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio de digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e do subsequente encaminhamento da proposta de preços, observados data e horário estabelecidos.

10.2.1. O licitante deverá obrigatoriamente identificar o tipo de segmento da empresa, ficando responsável pela legitimidade e veracidade desta informação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

10.3. O acesso à sala de disputa deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Sala de Disputa”.

10.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro.

10.4.1. Havendo desconexão do pregoeiro por prazo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após comunicação eletrônica aos participantes.

10.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.6. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações constantes no presente edital, especialmente em seus anexos.

10.7. É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexos quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

10.7.1. Quando do lançamento da proposta, o licitante deverá lançar APENAS o valor unitário/locação/diária com duas casas decimais após a vírgula.

10.7.2. A locação/diária referida neste edital para efeito de contratação é de 12 (doze) horas/dia(disponibilização não sendo considerado o tempo de montagem e desmontagem que corre por conta do contratado.

10.8. Até a abertura das propostas pelo pregoeiro, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta apresentada.

11. DOS PROCEDIMENTOS

11.1. A sessão pública do pregão eletrônico terá início a partir do horário previsto neste edital, com a divulgação das propostas de preço recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas ou desclassificá-las no caso de não atenderem às exigências editalícias.

11.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos registros de horário e valor.

11.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.5. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado por participante, vedada a identificação do detentor do lance.

11.6. A duração da etapa de lances do pregão será composta de duas etapas, sendo a primeira encerrada por decisão do (a) pregoeiro (a), resguardado o tempo mínimo de 05 minutos, e a segunda aleatória, consistindo em um tempo de até 30 (trinta) minutos.

11.7. O sistema anunciará o arrematante, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.

11.7.1. O pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.

11.8. Ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, após a disputa de cada lote, o Sistema Eletrônico possibilitará, automaticamente, a condução pelo pregoeiro dos procedimentos para obtenção dos benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

11.9. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro emitirá comunicado ao arrematante para que apresente a documentação listada no item 7 e a proposta formulada em conformidade com o item 13.

11.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta melhor.

11.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor e após transcurso do prazo recursal será adjudicado o objeto do certame.

11.12. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a ME ou EPP o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.

11.12.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº. 8.666/93 e nº. 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

12.1. Não serão acolhidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, nem os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

12.2. Este edital só poderá ser impugnado em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

12.3. Declarado o vencedor, o licitante, inclusive aquele que foi desclassificado antes da sessão de lances, poderá manifestar a intenção motivada de interpor recurso. Esta manifestação deverá ser realizada via sistema eletrônico nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor.

12.4. A manifestação a que se refere o subitem anterior deverá ser motivada através do botão virtual “Intenção de Recurso” do sistema eletrônico. Será concedido o **prazo de 03 (três) dias** para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.5. A ausência de manifestação de intenção de recorrer, a ausência da motivação da intenção ou a não apresentação das razões de recurso importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar ao licitante declarado vencedor.

12.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. As razões de impugnação ao edital e as de recurso e as contra-razões, quando propostas, deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocolizadas junto ao Pregoeiro e sua equipe de apoio na Rua Aimorés, nº. 981 5º andar, Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-071, impreterivelmente no horário de atendimento, de 9h00min as 17h00min.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. Em até 02 (dois) dias úteis contados da convocação pelo pregoeiro, o arrematante deverá apresentar sua proposta impressa, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou

omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

13.1.1. Quando necessário o pregoeiro solicitará o envio da proposta via fax, através do nº. (31) 3277-9730.

13.2. A proposta de preços deverá conter:

- a) nome, número do CNPJ, endereço e meios de comunicação à distância da licitante;
- b) modalidade e número da licitação;
- c) especificação do objeto licitado;
- d) declarar expressamente que nos preços cotados encontram-se incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto licitado;
- e) indicar o lote cotado, observadas as exigências estabelecidas neste edital e os respectivos preços por lote do qual estiver participando;
- f) apresentar cotação de preço unitário por lote/locação/dia e global (anual) expressa em Real (R\$), em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (ver proposta comercial – Anexo II);
- g) ocorrendo divergência ou dúvida entre os preços grafados numericamente e as indicações por extenso, prevalecerão os valores grafados por extenso e entre os valores unitários e globais, prevalecerá o unitário;
- h) declaração de opção da modalidade de garantia que prestará à Belotur, conforme prevê o art. 56 da lei 8666/93 – ver item 21 deste edital
- i) declaração nos termos do Anexo V para o licitante beneficiário da lei Complementar 123/2006;
- j) declaração de validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias;

13.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

13.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro ou qualquer outro pretexto;

13.5. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado para pagamento em 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo dos produtos pela unidade recebedora, devendo neles estar previstas todas as despesas, incluindo tributos, encargos, frete, descarregamento até o interior do local estipulado para entrega dos produtos, embalagem e demais encargos e/ou descontos que porventura possam recair sobre o fornecimento ofertado.

13.6. Para efeito desta licitação, considera-se como data de referência de preços a pesquisa realizada mais próxima da abertura das propostas eletrônicas.

13.7. A documentação e a proposta deverão ser apresentadas em envelope fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2012 – REGISTRO DE PREÇOS - RP
À PREGOEIRA DA EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE
S/A – BELOTUR.**

PROPONENTE: _____

CNPJ: _____

14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1. O critério de julgamento de propostas será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE/LOCAÇÃO/DIÁRIA**, observadas as exigências deste edital e seus anexos, bem como os valores referenciais de mercado.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Licitante e/ou da Adjudicatária/Signatário Detentor/Contratada, sujeitando-os às seguintes penalidades:

15.1.1. Advertência Escrita.

15.1.2. Multas, nos seguintes percentuais:

a) 20 % (vinte por cento) do(s) valor(es) total(is) da(s) adjudicação(ões) do(s) lote(s) que tenha(m) sido vencedor, quando a adjudicatária se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou o(s) Contrato(s), em observância ao disposto no artigo 81, Lei nº. 8.666/93;

b) diária de 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) sobre o(s) valor(es) total(is) do(s) item(ns) constante(s) da Ordem de Serviço entregue(s) em atraso, limitada a 02 (duas) horas;

b1) A critério do contratante, dependendo do dano acarretado pela não entrega do produto, a penalidade prevista na alínea “b” poderá ser desconsiderada em detrimento da aplicação da multa prevista na alínea “c” independente dos dias de atraso.

b2) Na hipótese de o produto ser recebido em prazo superior a 02 (duas) horas, será aplicada a multa moratória da alínea “b” juntamente com a multa compensatória de 5% sobre o valor total do item constante da Ordem de Serviço;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor total constante da Ordem de Serviço relativo ao(s) item(ns) não entregue(s) e/ou por descumprimento das demais obrigações contratuais;

d) 20 % (vinte por cento) sobre o valor atualizado do quantitativo não entregue constante no Contrato para o(s) item(ns) inadimplido(s) quando o descumprimento total ou parcial das obrigações resultar no cancelamento da Ata de Registro de Preços e rescisão do contrato.

15.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do artigo 20 do Decreto Municipal 12.436/2006.

15.2. A penalidade de advertência será aplicada pela Diretoria Administrativo-Financeira, nos casos referentes ao procedimento licitatório.

15.3. As multas serão aplicadas:

15.3.2. Pela Diretoria Administrativo-Financeira nos casos previstos nas alíneas do subitem 15.1.2;

15.3.3. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas dos pagamentos imediatamente subsequentes a sua aplicação.

15.4. O impedimento de licitar e contratar, como penalidade, será aplicada pelo Presidente da Belotur.

15.5. Na aplicação das penalidades de advertência e multa será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.5.1. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

15.6. Na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

15.6.1. No caso de aplicação da penalidade prevista no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso.

15.7. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexeqüível.

15.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente após a análise do caso concreto, e não eximem o Signatário Detentor da Ata de Registro de Preços ou Contratada de plena execução do objeto contratado.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Será lavrado documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura aquisição denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos do Anexo III deste edital.

16.1.1. A Ata de registro de preços será assinada pelos interessados classificados no certame, respeitada a ordem de classificação. Depois de cumpridos os requisitos de publicidade a Ata terá efeito de compromisso de fornecimento.

16.1.2. Serão registrados todos os preços das empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação.

16.2. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato desta decorrente, o signatário detentor deverá estar devidamente cadastrado no SUCAF.

16.3. Caso o signatário detentor/adjudicatário se recuse a assinar a Ata de Registro de Preços, é prerrogativa da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR o direito de adjudicar à segunda colocada o objeto licitado, podendo aplicar a penalidade cabível.

16.4. A Ata de Registro de Preços terá validade e vigência por 12 (doze) meses contados, a partir da publicação do seu resumo ou da sua íntegra no DOM – Diário Oficial do Município. A Ata de Registro de Preços será lavrada em duas vias.

16.5. Para ciência dos interessados e efeitos legais, as publicações do resumo ou da íntegra da Ata de Registro de Preços no DOM – Diário Oficial do Município – serão providenciadas e correrão por conta e ônus da Administração Municipal.

17. DA CARONA EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer ente ou órgão da Administração incluindo outros órgãos de outras esferas governamentais que não tenham participado do certame licitatório, nos termos do Decreto Federal nº. 3.931/2001, combinado com o Decreto Municipal nº. 12.976/07.

18. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

18.1. As licitantes classificadas estarão sujeitas às normas contidas nesse edital.

18.2. A arrematante, classificada em 1º lugar assinará a Ata de registro de preços e o contrato, quando for o caso de contratação. As outras classificadas poderão assinar a ata de registro de preços e, neste caso estão obrigadas a entregar a documentação para habilitação.

18.3. Caso a classificada em 1º lugar descumpra o acordado na ata de registro de preços, bem como o que ficou avençado no contrato estará sujeita às sanções previstas.

18.4. Havendo descumprimento da primeira classificada a Contratante chamará as outras classificadas para assinar o contrato sucessivamente até o cumprimento do objeto.

18.4.1. Na hipótese do item 18.4 a contratante poderá contratar pelo preço registrado no quadro geral de preços constante da ata, de acordo com a conveniência administrativa e desde que o preço registrado esteja em consonância com aqueles praticados no mercado.

18.4.2. A contratante poderá negociar o preço registrado no quadro geral de preços na hipótese do subitem 18.4.

18.5. Todas as licitantes classificadas, respeitando-se a ordem de classificação, serão convocadas para assinatura da Ata de registro de preços que terá efeito de compromisso de fornecimento.

18.6. A recusa injustificada das licitantes classificadas em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo fixado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

18.7. Os órgãos e entidades participantes não estão obrigados a contratar a quantidade registrada, ficando a seu critério a definição da quantidade no momento da contratação.

19. DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/ DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE DE PREÇOS.

19.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão vigência a partir de sua assinatura, pelo período de 12 (meses), podendo ser prorrogado obedecido ao disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666, de 1993, conforme disposição do § 1º do art. 4º do Decreto Federal nº. 3931/2001.

19.2. A prorrogação a que se refere o item anterior será realizada mediante celebração de termo aditivo.

19.3. Havendo prorrogação do contrato após 12 (meses), o valor poderá ser reajustado, com base no menor índice vigente no período.

19.4. Os locais para instalação dos boxtruss serão comunicados à empresa contratada através de “Ordem de Serviço ou de Fornecimento” emitida pela Belotur.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Preparar e instruir para pagamento as notas fiscais apresentadas pela contratada.

20.2. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao serviço prestado.

20.3. Notificar a adjudicatária, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução e fornecimento do serviço contratado.

20.4. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, bem como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

20.5. Prestar informações necessárias, com clareza, à contratada, para a execução dos serviços avançados.

20.6. Informar à contratada com antecedência o dia, a hora e o local do evento.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Sem prejuízo das obrigações contidas no ANEXO I, do edital do pregão eletrônico 008/2012 - RP caberá, ainda:

21.1. Assegurar a boa qualidade do serviço prestado.

21.2. Executar os serviços com estrita observância das especificações técnicas e detalhamentos contidos no edital e seus anexos e com fiel observância às disposições da legislação em vigor com relação às normas de segurança;

21.3. Responsabilizar-se pelo transporte e descarregamento dos materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, de seu estabelecimento até o local determinado pelo contratante, bem como pela retirada dos mesmos, devendo a retirada ser feita somente após o término total do evento.

21.4. Fornecer todo o material a ser incorporado às estruturas, assim como os demais materiais necessários à plena execução do serviço;

21.5. Credenciar representante da empresa junto à contratante para gerenciar a execução do serviço contratado e atuar como interlocutor entre as partes;

21.6. Disponibilizar para a execução dos serviços, equipe técnica altamente habilitada de acordo com as necessidades, sem ônus adicional;

21.7. Providenciar a retirada dos equipamentos logo após o término dos eventos para os quais foram locados, sendo que a Belotur não se responsabilizará por quaisquer danos causados aos mesmos.

21.8. Cumprir o disposto na Portaria nº 3214 e seus anexos, do Ministério do Trabalho, no tocante às exigências de segurança e medicina do trabalho;

21.9. Fornecer número de telefone celular que deverá ficar ligado até que os boxtruss sejam instalados no local indicado.

21.10. Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste edital.

21.11. Cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

21.12. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, atualizados, os documentos apresentados, por ocasião, do Registro Cadastral no SUCAF, sob pena de suspensão dos pagamentos e ou rescisão contratual;

21.13. Atender as solicitações da Belotur relativas ao objeto licitado sempre que for requisitado e, participar de reuniões informativas, por ocasião dos eventos, caso a Belotur julgue necessária.

21.14. Apresentar sempre que solicitado pelo contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

21.15. A adjudicatária não poderá utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

21.16. Sempre praticar os preços vigentes publicados no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gestor, dando ciência, se necessário, aos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do serviço contratado.

22 - DA GARANTIA CONTRATUAL

22.1. Será exigida do vencedor previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia no percentual de 3% (três por cento) do valor estimado do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II – seguro-garantia;
- III - fiança bancária.

22.1.1. A opção pela modalidade de garantia será feita quando do encaminhamento da proposta escrita (ver subitem 13.2. - letra “h” deste edital).

22.2. A garantia vigorará até a extinção das obrigações do signatário detentor.

22.3. A garantia na forma de fiança bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

22.4. A Belotur se utilizará de pleno direito, total ou parcialmente, da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas no contrato.

22.5. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a contratada se obrigará a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data em que for notificada.

22.6. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação à contratada, hipótese em que ficará retida até solução final da questão.

23. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. O pagamento dos serviços executados será efetuado em 30 (trinta dias), após a entrega da nota fiscal, por intermédio de borderô eletrônico.

23.2. Deverá ser discriminado na nota fiscal o valor da mão de obra utilizada na prestação dos serviços executados, bem como a retenção da seguridade social e/ou outros impostos cabíveis, conforme legislação vigente.

23.3. Como condição para a liberação do pagamento deverão ser apresentadas pela Contratada à Belotur, com a devida antecedência, cópias dos comprovantes de pagamento de todos os encargos sociais, FGTS, ainda, demais tributos, relativos à prestação de serviço contratada, quando for o caso.

23.4. Na hipótese de a contratada não apresentar tempestivamente a nota fiscal ou os documentos relacionados no subitem 22.3 ou ainda se apresentá-los com incorreções, a quitação dar-se-á em 30 (trinta) dias após a regularização da pendência, não cabendo qualquer acréscimo a título de correção monetária ou juros moratórios, conforme o caso.

23.5. A contratada entregará a nota fiscal diretamente ao Setor de Orçamentos e Contratos da Belotur, que, após aprová-la, providenciará o pagamento.

23.6. As notas fiscais/fatura deverão obrigatoriamente discriminar a prestação dos serviços executados, bem como todos os impostos retidos na Fonte, quando for cabível.

23.7. A contratada deverá emitir a nota fiscal conforme legislação vigente.

24. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

24.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.931/2001 e Decreto Municipal nº. 12.976/07 demais normas complementares.

24.2. Encerrado o processo licitatório para Registro de Preços, será firmada entre a Administração e Adjudicatárias a Ata de Registro de Preços.

24.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor do Registro, preferência, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o detentor do Registro terá assegurado direito à contratação no valor vigente praticado.

24.4. É vedada a aquisição dos equipamentos por valores superiores aos registrados vigente.

24.5. Uma vez registrados os preços, a Administração poderá convocar os Detentores do Registro a fornecer os equipamentos respectivos, mediante a celebração de instrumento de contrato, na forma e condições fixadas no presente edital e na Ata de Registro de Preços.

24.6. O Signatário Detentor/Adjudicatária fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços.

24.7. As aquisições decorrentes do presente Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Presidente da Belotur, juntamente com o Diretor Administrativo/Financeiro, após consultar o sistema de controle.

24.7.1. O órgão ou unidade participante do Registro deverá encaminhar requisição à Diretoria Administrativa e Financeira, contendo:

- a)** Dotação orçamentária e disponibilidade;
- a)** Descrição dos equipamentos, quantidade e valor;
- b)** Data limite e local para entrega;

c) Assinatura e carimbo do requisitante e do Ordenador de Despesa;

24.8. Juntamente com a requisição deverá ser entregue declaração de compatibilidade orçamentário-financeira, devidamente assinada pelo ordenador de despesa do Órgão participante do Registro de Preços, nos termos da Lei Complementar nº. 101/00.

24.9. A adjudicatária deverá garantir a qualidade dos equipamentos entregues, mesmo após o vencimento da Ata de Registro de Preços.

25. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

25.1. Considerando o prazo de vigência de 12 (doze) meses da Ata de Registro de Preços, em atendimento ao § 1º, art. 28, Lei Federal nº. 9.069/95, e demais normas pertinentes, fica vedado qualquer reajustamento de preço, salvo para manter o equilíbrio econômico-financeiro.

25.1.1. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº. 8.666/93, desde que a proposta continue se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos das normas reguladoras do Sistema de Registro de Preços, conforme prevê o § 2º do art. 4º do Decreto nº. 3.931/2001.

26. DAS REVISÕES DE PREÇOS E ALTERAÇÃO DE MARCAS

26.1. Os preços registrados vigentes poderão ser revistos, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

26.1.1. O pedido deverá ser protocolizado junto à Comissão de Controle de Preços, na sede da Belotur.

26.2. A solicitação de revisão de preços deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Comissão de Controle de Preços.

26.2.1. Para a solicitação de revisão de preços, o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços dos itens, considerando todos os itens constantes na anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

26.3 A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Comissão de Controle de Preços e ratificação do Presidente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

26.4. A revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data de publicação da deliberação no Diário Oficial do Município (DOM).

26.5. O pedido de revisão enquanto não deferido total ou parcialmente, não isenta o Signatário Detentor de dar continuidade à prestação do serviço nas condições anteriores.

26.6. O percentual de diferença entre o preço de mercado apurado e o último valor ofertado pelo Signatário Detentor/Adjudicatária deverá, preferencialmente, ser mantido durante a vigência da Ata de Registro de Preços e não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico.

26.7. O preço poderá ser revisto pelo órgão Gestor da Ata de Registro de Preços quando, por meio de pesquisa, for apurada redução do preço médio de mercado dos equipamentos.

26.8. Quando necessário, o preço vigente e as especificações dos equipamentos poderão ser alterados por ato da Comissão responsável pelo Sistema de Controle de Preços do Registro de Preços, nomeada pelo ordenador de despesas da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR, Órgão Gestor do Registro de Preços, sempre em consonância e seguindo as diretrizes definidas no presente edital e na legislação aplicável, especialmente o Decreto Municipal 12.976/07.

26.8.1. As revisões de preços e as alterações nas especificações dos equipamentos terão validade a partir da publicação no DOM – Diário Oficial do Município - a ser promovida pelo responsável pelo Sistema de Controle de Preços do Registro de Preços, produzindo todos os efeitos legais, não se exigindo nenhum outro instrumento jurídico formal para a sua efetivação.

26.8.2. Os preços registrados e as especificações dos equipamentos serão publicados, no mínimo, trimestralmente, no Diário Oficial do Município pela Comissão citada no subitem anterior.

26.8.3. É de responsabilidade do Órgão que futuramente aderir à Ata de Registro de Preços, o acompanhamento das alterações dos preços e das marcas dos produtos no DOM – Diário Oficial do Município.

26.8.4. Serão pagos os preços vigentes publicados no Diário Oficial do Município na data em que a “Ordem de Serviço” for entregue à adjudicatária, independentemente da data de entrega dos produtos na unidade requisitante, ou de qualquer revisão de preços deferida nesse intervalo de tempo.

26.8.5. A alteração nas especificações dos equipamentos registrados somente se dará na hipótese da impossibilidade de seu fornecimento devidamente

comprovada pelo detentor e deferida pela Belotur, que motivadamente poderá aquiescer com a substituição, se comprovadamente houver vantagem ou, no mínimo, a manutenção das condições de qualidade dos itens registrados e não ocorrer alteração nos preços vigentes.

26.8.6. O órgão Gestor poderá exigir a substituição das especificações dos equipamentos por outra, mantendo, no mínimo, o padrão fixado neste edital, sempre que restar comprovado em determinado momento que a qualidade do equipamento anterior não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável.

26.8.7. A mudança de especificação implicará em nova análise do equipamento, nos termos deste edital e da legislação aplicável.

27. DA PESQUISA DE PREÇOS

27.1. A pesquisa de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a bancos de dados de preços praticados no âmbito da Administração Pública ou a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços.

27.1.1. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

27.1.2. A pesquisa de preços, a critério do Órgão Gestor ou da autoridade competente para autorizar a contratação, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

27.1.3. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

27.1.4. Qualquer alteração na forma da pesquisa de preços deverá ser devidamente motivada.

28. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

28.1. O registro de preços poderá ser cancelado nos seguintes casos:

- I. pelo descumprimento, por parte do detentor do Registro de Preços, das condições da Ata de Registro de Preços;
- II. quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações decorrentes do Registro de Preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

III. nas hipóteses dos preços registrados tornarem-se superiores àqueles praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma prevista neste edital e na Ata de Registro de Preços;

IV. por razões de interesse público;

V. quando o detentor for impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal;

VI. quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

28.1.1. O detentor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer o fornecimento do bem, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação pertinente aplicável.

28.1.2. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa será formalizado por despacho da autoridade superior do Órgão Gestor e publicado no Diário Oficial do Município.

28.1.3. A solicitação do detentor de cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento dos bens registrados, por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da comprovação do envio da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão Gestor.

28.1.4. A notificação para cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao detentor. No caso da ausência do recebimento, a mesma será publicada no Diário Oficial do Município.

28.1.5. Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a IV do subitem 27.1 deste edital, a Administração aplicará as sanções previstas em lei, no instrumento convocatório e na Ata de Registro de Preços, garantida a defesa prévia, nos termos da legislação aplicável.

29. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

29.1. A prestação do serviço a ser contratado será acompanhada por empregado do órgão gestor e obedecerá ao seguinte trâmite:

29.1.1. O signatário detentor dirigirá-se ao local da prestação do serviço munido da nota fiscal e da ordem de fornecimento/serviço;

29.1.2. O empregado designado para acompanhar a prestação do serviço locado, de posse dos documentos apresentados pelo signatário detentor, os receberá provisoriamente para verificação de especificações, quantidade, preços, prazos e outros pertinentes:

29.1.2.1. Em caso de irregularidade ou caso os boxtruss locados estejam fora dos padrões determinados, o receptor os devolverá para regularização imediata. O atraso na substituição dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos pendentes, além da aplicação das penalidades previstas neste edital e na Ata de Registro de Preços;

29.1.2.2. Sendo aprovado, o empregado que acompanha a prestação do serviço certificará o fato dando recibo na nota fiscal respectiva.

29.2. Em caso de irregularidade não sanada pelo signatário detentor, o empregado designado para acompanhar o serviço reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará para as providências cabíveis relativas à penalização.

29.3. É vedada, tanto a prestação do serviço contratado por parte do signatário detentor quanto a aceitação da sua prestação, pelos órgãos participantes com especificação diferente da aprovada e devidamente publicada no DOM.

29.4. Os boxtruss locados deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

30.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da execução do fornecimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, no cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

30.3. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

30.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

30.5. O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

30.6. O contratado/signatário detentor está obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total atualizado contratado.

30.7. A tolerância do órgão gestor com qualquer atraso ou inadimplência por parte da adjudicatária, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

30.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

30.9. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes, via Sistema Eletrônico, ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

30.10. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro e pela equipe de apoio ou pela autoridade a ele superior.

30.11. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.

30.12. É de exclusiva responsabilidade do licitante declarado vencedor, para efeito da assinatura da Ata de Registro de Preços e conseqüente contratação o cadastramento junto ao SUCAF.

30.13. A execução dos serviços, objeto deste Edital, será tratada como contratação autônoma e independente, para todos os fins de direito.

30.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte, local da realização do certame.

30.15 Para o cadastramento ou regularização junto ao SUCAF as proponentes deverão apresentar a documentação exigida para cadastramento diretamente ao SUCAF, no seguinte endereço: Rua Espírito Santo, 605, 14º andar, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP 30160-919. Telefone: (31)3277-4677 / Fax: 31-3277-4688. Horário de Funcionamento: 8h00min às 17h00min. E-mail: gemec@pbh.gov.br. Informações sobre o Certificado de Registro Cadastral – SUCAF poderão também ser obtidas pelo site www.pbh.gov.br/sucaf.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2012.



Mary Aparecida Cardoso
Pregoeira

Antonio Fernando Terra Rios da Silveira
Presidente

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2012 - RP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23.851/DRPT/2012**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONTAGEM DE ESTRUTURA DE TRELIÇAS TUBULARES DE ALUMÍNIO COM ENCAIXE UNIVERSAL – BOX TRUSS - PARA ATENDER A DEMANDA DOS EVENTOS DA BELOTUR.

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- Toda estrutura deverá seguir a normativa de segurança atual, vigente do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG, em especial o uso de pórticos.
- Se houver alguma estrutura montada na Praça da Estação, deverá seguir a PORTARIA SARMU-CS Nº 02/2010 da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul, publicada dia 05 de maio de 2010 no DOM – Diário Oficial do Município;
- Toda a infraestrutura deverá estar totalmente pronta com no mínimo 3 horas antes da vistoria de liberação do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, marcada em cada evento;
- A Contratada deverá apresentar a Contratante o Relatório de Vistoria/Fiscalização emitido pelo CBMMG em até 2 (duas) horas após sua emissão;
- A Contratada deverá manter todas as condições quando da liberação do evento pelo CBMMG durante todo o período que o evento durar.

2. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

- A empresa vencedora deste certame deverá atentar para este TR, as normas contidas no Edital e nos instrumentos contratuais, levando em conta toda a legislação pertinente, conforme demais condições aqui explicitadas:
- Executar os serviços de acordo com o detalhamento e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, com as disposições deste TR e das previsões contidas no Edital.

- Apresentar no mínimo atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa de direito público ou privado, expedido em seus respectivos nomes, que comprove(m) a experiência anterior na prestação dos serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- Apresentar Declaração de Vistoria Técnica, que será emitida pela BELOTUR às possíveis empresas que vierem a participar do certame licitatório e que em data a ser determinado, efetuarem visita aos locais do evento.
- Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços. A empresa contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos trabalhistas em que possam ocorrer não podendo ser argüida solidariedade da Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da empresa contratada e a BELOTUR.
- Responsabilizar-se pela quantidade e segurança dos materiais e demais acessórios utilizados na prestação dos serviços.
- Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, taxas, seguros, impostos e quaisquer outros ônus que forem devidos para o correto cumprimento do objeto deste TR.
- Responder civil e penalmente, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à BELOTUR ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos, bem como pela garantia e segurança dos serviços prestados e suas conseqüências.
- Manter condições que possibilitem o atendimento dos serviços licitados, a partir da data da assinatura do contrato.
- Garantir a qualidade e segurança dos serviços prestados.
- Cumprir com os prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento para a prestação dos serviços ofertados, obedecendo às especificações deste TR.
- Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas à BELOTUR por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do contrato, de Lei ou regulamento aplicável à espécie, por parte da CONTRATADA.

- A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, em especial as relativas à capacitação técnica, seja com os profissionais indicados, seja com outros profissionais de nível técnico igual ou superior, devidamente aprovados pela BELOTUR, notadamente no que diz respeito à documentação exigida pelo SUCAF, nos termos do Decreto Municipal nº 11.245/03.

Observações:

Todos os documentos que fazem parte da liberação do Corpo de Bombeiros deverão ser entregues a tempo de encaminhamento dos documentos respeitando o cronograma do evento. A empresa contratada deverá entregar todas as ART's e laudos técnicos referentes à infraestrutura, para que sejam anexadas ao Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (contratado pela Belotur).

São de responsabilidade da empresa contratada:

- A segurança de todos os equipamentos durante o período de montagem, realização e desmontagem;
- A segurança patrimonial, alimentação, transporte e hospedagem do pessoal técnico, de montagem e equipe.
- A contratada deverá manter um número suficiente de técnicos, eletricitas e pessoal para limpeza de plantão durante todo o evento para sanar quaisquer problemas que possam surgir.

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**Disposições Gerais**

Os serviços objeto desta licitação serão regidos pelo disposto neste Edital e no Contrato, devendo ser prestados com qualidade, eficácia, eficiência e economia.

Em decorrência do serviço de produção de eventos a CONTRATADA fará jus, tão somente, à remuneração ofertada para evento produzido, conforme disposto neste Edital, na Proposta Comercial e no Contrato.

Em decorrência do serviço de execução de eventos a CONTRATADA fará jus, tão somente, à remuneração paga a título de "taxa de administração", correspondente a um percentual do valor do evento executado, conforme disposto neste Edital, na Proposta Comercial e no Contrato. A taxa de administração NÃO incidirá sobre o custo do serviço de produção do evento.

Considerar-se-á valor do evento o custo relativo aos materiais e serviços (excluído o serviço de produção do evento) contratados e destinados à execução específica do evento, que será comprovado através da apresentação de notas fiscais/faturas/RPA(s).

É vedado à CONTRATADA cobrar ou perceber comissão ou qualquer remuneração diversa das previstas neste instrumento, sendo assegurado à BELOTUR o direito de rescindir unilateralmente o Contrato caso descumprida a vedação, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades cabíveis.

A CONTRATADA deverá repassar à BELOTUR todos os descontos ou vantagens recebidos por terceiros, sendo a taxa de administração e o valor pago pelo evento os únicos meios de sua remuneração, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes dos serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

Mesmo na hipótese de serem realizadas subcontratações, a CONTRATADA responderá, INTEGRALMENTE, pela fiel e perfeita execução dos serviços.

Quaisquer serviços apenas poderão ser subcontratados mediante prévia autorização da BELOTUR, sendo todas as notas fiscais emitidas em nome da CONTRATADA.

A CONTRATADA emitirá nota fiscal discriminando todas as despesas decorrentes do evento, havendo subcontratações ou não, bem como da taxa de administração no caso do serviço de execução de eventos, devendo, ainda, apresentar as cópias das notas fiscais emitidas por terceiros e comprovar o recolhimento de todos os tributos legalmente exigíveis, ficando o pagamento condicionado ao cumprimento destas obrigações.

Na hipótese de contratações que incida o Imposto sobre Circulação de Produtos e Serviços - ICMS, para os efeitos da isenção prevista no Decreto nº. 43.349, de 30/05/2003, a CONTRATADA terá que emitir a nota fiscal deduzido o valor do ICMS correspondente.

A BELOTUR reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que se afastem das especificações do edital, seus anexos, da proposta da CONTRATADA e do contrato.

OBJETO:

Locação de Estrutura de treliças tubulares de alumínio com encaixe universal -BOX TRUSS - sendo: (metro quadrado por dia).

ITEM 01 - QUANTIDADE: 30 UNIDADES - Gride em boxtruss Q30 de 04,00 m de altura para sustentação de iluminação para tablados de 08,00 x 06,00 e/ou para atender outras necessidades do evento.

- 04 treliças de Q30
- total de 44 m lineares
- 04 bases
- 04 corners

ITEM 02 - QUANTIDADE: 30 UNIDADES - Gride em boxtruss Q30 de 04,00 m de altura para sustentação para tablados de 07,00 x 05,00. e/ou para atender outras necessidades do evento sendo:

- 04 treliças de Q30
- total de 40 m lineares
- 04 bases
- 04 corners

ITEM 03 - QUANTIDADE: 30 UNIDADES - Gride em boxtruss Q30 de 04,00 m de altura para sustentação de iluminação para tablados de 06,00 x 04,00. e/ou para atender outras necessidades do evento,

- 04 treliças de Q30
- total de 36 m lineares
- 04 bases
- 04 corners

ITEM 04 - QUANTIDADE: 30 UNIDADES - Gride em boxtruss Q30 de 04,00 m de altura para sustentação de iluminação para tablados de 04,00 x 03,00 , e/ou para atender outras necessidades do evento,

- 04 treliças de Q30
- total de 30 m lineares
- 04 bases
- 04 corners

ITEM 5 - QUANTIDADE: 30 UNIDADES - 02 torres de Q30 de 06 m de altura para sustentação de iluminação (de 24 ou 12 refletores par 64) quando não houver cobertura de palco para sustentação aérea e/ou para atender outras necessidades do evento.

- 02 bases
- 02 slives
- 08 alongadores de base
- 12 metros de Q30

ITEM 06 - Locação de 500 metros lineares em estruturas em boxtruss Q25 para serem usados em ações pontuais da Belotur, como instalação de Banners, pórticos, molduras, decoração, dentre outros.

ITEM 07 - Locação de 1000 metros lineares em estruturas em boxtruss Q30 para serem usados em ações pontuais da Belotur, como instalação de Banners, pórticos, molduras, decoração, dentre outros.

ITEM 08 - Locação de 500 metros lineares em estruturas em boxtruss Q50 cada, para serem usados em ações pontuais da Belotur, como colocação de Banners, pórticos, molduras, decoração, dentre outros.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2012 – RP- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23.851/DRPT/2012

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

À Empresa Municipal de Belo Horizonte S/A – Belotur

Logotipo da Empresa						
Pregão Eletrônico Nº. 008/2012 Processo Administrativo Nº. 23.851/DRPT/2012			Cidade: Data e Horário:			
Lote	Descrição do Objeto	Quantidade Total Estimada Anual para Contratação	Valor Unitário/ Locação/ Dia (R\$)	Valor Montagem/ Desmontagem (R\$/Unitário)	Valor Total Locação/Dia (Por Unidade)	Valor Estimado Global Anual (R\$)
01	Gride em boxtruss Q30 0,4m altura	30				
02	Gride em boxtruss Q30 0,4m altura	30				
03	Gride em boxtruss Q30 0,4m altura	30				
04	Gride em boxtruss Q30 0,4m altura	30				
05	02 torres de Q30 06m de altura	30				
06	Metros lineares em estruturas em boxtruss Q25	500				
07	Metros lineares em estruturas em boxtruss Q30	1000				
08	Metros lineares em estruturas em boxtruss Q50	500				
Valor Global Estimado: (por extenso)						

**Dados da Licitante**

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Inscrição Municipal:

Representante Legal:

Local e Data:

Assinatura:

Importante: Para a contratação, será considerada como diária o período de 12 horas de disponibilização, não sendo computado o tempo de montagem e desmontagem que corre por conta do contratado.

Declarações:

a) Nos preços ofertados encontram-se incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre eles;

b) Esta empresa prestará garantia contratual, na forma do art. 56 da Lei nº. 8.666/93, na modalidade de _____ (ver itens 13.2, alínea “h” e 21 deste edital).

c) O prazo de validade desta proposta é de 60(sessenta) dias, a contar da abertura do envelope.

Local e data,

Assinatura do Representante da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2012 - RP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23.851/DRPT/2012

ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO nº. 008/2012 - RP.

Referente ao Lote _____, conforme Anexo I, parte integrante do edital designado Pregão Eletrônico 008/2012 - RP e desta Ata de Registro de Preço.

A Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR, neste ato representado pelo Presidente, Sr. _____ (qualificação) e pela Diretora Administrativo e Financeira, Sra. _____, (qualificação) celebram com a empresa....., doravante denominada SIGNÁTARIO DETENTOR, estabelecida....., CNPJ....., representada por, a presente Ata de Registro de Preços, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para futura locação de (PREENCHER CONFORME O LOTE), em que se registram os preços e as condições a serem praticadas, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal 8.666/93 e pelos Decretos Municipais nº. 12.436/06, nº. 12.976/07 e nº. 12.437/06, Decreto Federal nº. 3.931/2001, Lei Federal nº. 10.520/02 e Lei Complementar nº. 123/06, decorrente do certame licitatório, designado Pregão Eletrônico nº. 008/2012 - RP, Processo Administrativo nº. 23.851/DRPT/2012 mediante as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS, DO OBJETO, DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO VALOR.

1.1. Constitui objeto deste ata o registro de preços da locação de estruturas de boxtruss (PREENCHER CONFORME O LOTE), incluindo transporte, montagem, desmontagem, para atender à demanda da Belotur, conforme descrição e quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços.

1.2. Os preços registrados e as especificações da estrutura de boxtruss (PREENCHER CONFORME O LOTE) encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO LOTE	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)

1.3. Os quantitativos estimados das estruturas de boxtruss (**PREENCHER CONFORME O LOTE**), a serem locadas serão definidas de acordo com a necessidade e conveniência da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Belotur, mediante a emissão de “Ordem de Serviço ou de Fornecimento” pela Diretoria Administrativa e Financeira.

1.4. As quantidades, os locais e o prazo para a entrega das estruturas de boxtruss **PREENCHER CONFORME O LOTE**, cujo preço encontra-se registrado nesta ata, serão definidos na respectiva “Ordem de Serviço ou de Fornecimento”.

1.5. A existência de preços registrados não obriga a Belotur a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada preferência ao detentor do Registro, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o detentor do Registro terá assegurado direito à contratação no valor vigente praticado.

1.6. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer ente ou órgão da Administração incluindo outros órgãos de outras esferas governamentais que não tenham participado do certame licitatório, nos termos e condições previstos nas legislações aplicáveis, especialmente o Decreto Federal nº. 3.931/2001.

1.7. Estima-se em R\$ _____ (_____), o valor total das contratações, a título de locação de **PREENCHER CONFORME O LOTE** constantes na presente Ata de Registro de Preços, nos moldes definidos pelo Anexo I, deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DIFERENÇA PERCENTUAL

2.1. Fica estabelecida a seguinte diferença percentual entre o valor unitário registrado e o valor pesquisado por produto, a qual deve, preferencialmente, ser mantida durante a vigência desta Ata:

LOTE	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	VALOR PESQUISADO /REFERÊNCIA	DIFERENÇA PERCENTUAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá validade e vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu resumo ou da sua íntegra no DOM – Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da prestação dos serviços de locação, de (PREENCHER CONFORME O LOTE), com transporte, montagem e desmontagem, destinados ao atendimento de demanda da Belotur, serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

- a) 2805.0002.23.695.086.2.629.339039.0300.
- b) 2805.0005.23.695.086.2.900.339039.0300.
- c) 2805.0003.23.695.086.2.900.339039.0300.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA

5.1. A “Ordem de Serviço ou de Fornecimento” será retirada pelo Signatário Detentor/Adjudicatária na Belotur, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da convocação.

5.1.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo contratante.

5.1.2. O aviso para que o signatário da Ata de Registro de Preços retire devidamente a “Ordem de Serviço ou de Fornecimento” deverá ser comprovado por meio de comunicação via fax ou publicação no DOM – Diário Oficial do Município - ou outro meio eficaz.

5.2. O local para a montagem das estruturas será informado, com antecedência ao contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DO SISTEMA E DA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃO INTERESSADO.

6.1. As aquisições decorrentes do presente Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Diretoria Administrativa e Financeira, após consultar o sistema de controle.

6.1.1. O órgão ou unidade participante do Registro deverá encaminhar requisição à Diretoria Administrativa e Financeira da Belotur contendo:

- a) Dotação orçamentária e disponibilidade;
- b) Descrição dos produtos, quantidades e valores;
- c) Data limite e local para entrega;
- d) Assinatura e carimbo do requisitante e do Ordenador de Despesa.

6.1.2. De posse da requisição devidamente formalizada, a Diretoria Administrativa e Financeira, consultará o sistema de controle, autorizará o órgão requisitante a autuar os documentos em processo administrativo e a emitir a Nota de Empenho respectiva.

6.2. Caso as estruturas locadas apresentem irregularidades ou estejam fora dos padrões determinados, a contratada fica obrigada a regularizar a situação no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas a partir da solicitação pela contratante. O atraso na substituição dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na presente Ata de Registro de Preços. Tal prazo poderá ser dilatado a critério da Administração, após análise da justificativa apresentada pelo signatário da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos serviços executados será efetuado em 30 (trinta dias), após a entrega da nota fiscal, por intermédio de borderô eletrônico.

7.2. Deverá ser discriminado na nota fiscal o valor da mão de obra utilizada na prestação dos serviços executados, bem como a retenção da seguridade social e/ou outros impostos cabíveis, conforme legislação vigente.

7.3. Para liberação do pagamento deverão ser apresentadas pela contratada à Belotur, com a devida antecedência, cópias dos comprovantes de pagamento de todos os encargos sociais, FGTS, ainda, demais tributos, relativos à prestação de serviço contratada, quando for o caso.

7.4. Na hipótese de a contratada não apresentar tempestivamente a nota fiscal ou os documentos relacionados no subitem 7.3 ou ainda se apresentá-los com incorreções, a quitação dar-se-á em 30 (trinta) dias após a regularização da pendência, não cabendo qualquer acréscimo a título de correção monetária ou juros moratórios, conforme o caso.

7.5. A contratada entregará a nota fiscal diretamente ao Setor de Orçamentos e Contratos da Belotur, que, após aprová-la, providenciará o pagamento.

7.6. As notas fiscais/fatura deverão obrigatoriamente discriminar a prestação dos serviços executados, bem como todos os impostos retidos na Fonte, quando for cabível.

7.7. A contratada deverá emitir a nota fiscal conforme legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Sem prejuízo das disposições do Anexo I, do Edital, relativo ao Pregão Eletrônico 001/2012 - RP, à detentora do gestor da ata de registro de preços, caberá, ainda:

8.1. Preparar e instruir para pagamento as notas fiscais apresentadas pela contratada.

8.2. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento dos produtos.

8.3. Notificar a adjudicatária, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço contratado.

8.4. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, bem como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

8.5. Prestar informações necessárias, com clareza, à contratada, para a execução dos serviços avençados.

8.6. Informar à contratada com antecedência do dia, hora e local do evento, bem como as especificações da estrutura a ser utilizada.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Sem prejuízo das disposições do Anexo I, do Edital, relativo ao Pregão Eletrônico nº. 008/2012 - RP, ao detentor do registro de preço, caberá, ainda:

9.1. Assegurar a qualidade do serviço prestado.

9.2. Executar os serviços com estrita observância das especificações técnicas e detalhamentos contidos no edital e seus anexos e com fiel observância às disposições da legislação em vigor com relação às normas de segurança;

9.3. Responsabilizar-se pelo transporte e descarregamento dos materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, de seu estabelecimento até o local determinado pelo contratante, bem como pela montagem e desmontagem dos mesmos, devendo a desmontagem ser feita somente após o término total do evento.

9.4. Apresentar projeto dos equipamentos locados, devidamente assinado pelo Engenheiro indicado como Responsável Técnico, quando for necessário e, sempre que a Lei assim o exigir;

9.5. Em caso de mudança de Responsável Técnico, comunicar à Belotur e apresentar nova declaração conforme modelo disposto no Quadro 1;

- 9.6.** Apresentar à contratante a cópia quitada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), acerca das condições de operacionalidade e qualidade técnica de montagem e instalação com, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do seu início, em observância à legislação específica atinente à questão;
- 9.7.** Fornecer todo o material a ser incorporado aos equipamentos, assim como os demais materiais necessários à plena execução do serviço;
- 9.8.** Credenciar representante da empresa junto à contratante para gerenciar a execução do serviço contratado e atuar como interlocutor entre as partes;
- 9.9.** Disponibilizar para a execução dos serviços, equipe técnica altamente habilitada de acordo com as necessidades, sem ônus adicional;
- 9.10.** Providenciar a retirada dos equipamentos logo após o término dos eventos para os quais foram locados, sendo que a Belotur não se responsabilizará por quaisquer danos causados aos mesmos.
- 9.11.** Cumprir o disposto na Portaria nº. 3214 e seus anexos, do Ministério do Trabalho, no tocante às exigências de segurança e medicina do trabalho;
- 9.12.** Cumprir os prazos informados pela Belotur para a montagem e desmontagem dos equipamentos.
- 9.13.** Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste edital.
- 9.14.** Cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal: A adjudicatária não poderá utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 9.15.** Manter durante todo o período de vigência do contrato, atualizados, os documentos apresentados, por ocasião, do Registro Cadastral no SUCAF, sob pena de suspensão dos pagamentos e ou rescisão contratual;
- 9.16.** Atender as solicitações da Belotur relativas ao objeto licitado sempre que for requisitado.
- 9.17.** Apresentar sempre que solicitado pelo contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

9.18. Sempre praticar os preços vigentes publicados no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gestor, dando ciência, se necessário, aos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Licitante e/ou da Adjudicatária/Signatário Detentor/Contratada, sujeitando-os às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência Escrita.

10.1.2. multas, nos seguintes percentuais:

a) 20 % (vinte por cento) do(s) valor(es) total(is) da(s) adjudicação(ões) do(s) lote(s) que tenha(m) sido vencedor, quando a adjudicatária se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou o(s) Contrato(s), em observância ao disposto no artigo 81, Lei nº. 8.666/93;

b) 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) sobre o(s) valor(es) total(is) do(s) item(ns) constante(s) da Ordem de Serviço entregue(s) em atraso, limitada a 02 (duas) horas;

b1) A critério do contratante, dependendo do dano acarretado pela não entrega do produto, a penalidade prevista na alínea “b” poderá ser desconsiderada em detrimento da aplicação da multa prevista na alínea “c” independente dos dias de atraso;

b2) Na hipótese de o produto ser recebido em prazo superior a 02 (duas) horas, será aplicada a multa moratória da alínea “b” juntamente com a multa compensatória de 5% sobre o valor total do item constante da Ordem de Serviço.

c) 10% (dez por cento) sobre o valor total constante da Ordem de Serviço relativo ao(s) item(ns) não entregue(s) e/ou por descumprimento das demais obrigações contratuais;

d) 20 % (vinte por cento) sobre o valor atualizado do quantitativo não entregue constante no Contrato para o(s) item(ns) inadimplido(s) quando o descumprimento total ou parcial das obrigações resultar no cancelamento da Ata de Registro de Preços e rescisão do contrato.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do artigo 20 do Decreto Municipal 12.436/2006;

10.2. A penalidade de advertência será aplicada pela Gerência Administrativa, nos casos referentes ao procedimento licitatório;

10.3. As multas serão aplicadas:

10.3.1. Pela Gerência Administrativa ou equivalentes dos órgãos contratantes, nos casos referentes às alíneas “b” e “c” do subitem 10.1.2;

10.3.2. Pela Diretoria Administrativa/Financeira nos casos previstos nas alíneas “a” e “d” do subitem 10.1.2;

10.3.4. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas dos pagamentos imediatamente subseqüentes à sua aplicação.

10.4. O impedimento de licitar e contratar, como penalidade, será aplicada pelo Secretário Municipal de Finanças.

10.5. Na aplicação das penalidades de advertência e multa será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.5.1. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6. Na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

10.6.1. No caso de aplicação da penalidade prevista no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso.

10.7. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexeqüível.

10.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente após a análise do caso concreto, e não eximem o Signatário Detentor da Ata de Registro de Preços ou Contratada de plena execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PESQUISA DE PREÇOS

11.1. A pesquisa de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a bancos de dados de preços praticados no âmbito da Administração Pública ou a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços.

11.1.1. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

11.1.2. A pesquisa de preços, a critério do Órgão Gestor ou da autoridade competente para autorizar a contratação, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

11.1.3. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

11.1.4. Qualquer alteração na forma da pesquisa de preços deverá ser devidamente motivada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

12.1. Considerando o prazo de vigência de 12 (doze) meses da presente Ata de Registro de Preços, em atendimento ao § 1º, art. 28, Lei Federal 9.069/95, e demais normas pertinentes, fica vedado qualquer reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE DE PREÇOS.

13.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão vigência a partir de sua assinatura, pelo período de 12 (meses), podendo ser prorrogados obedecidos ao disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666, de 1993, conforme disposição do § 1º do art. 4º do Decreto Federal nº. 3931/2001.

13.2. A prorrogação a que se refere o item anterior será realizada mediante celebração de termo aditivo.

13.3. Havendo prorrogação do contrato após 12 (meses), o valor poderá ser reajustado, com base no menor índice vigente no período.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REVISÃO DE PREÇOS E DA ALTERAÇÃO DE MARCAS

14.1. Os preços registrados vigentes poderão ser revistos por solicitação formal da adjudicatária, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

14.1.1. O pedido (indicando o nº do Pregão Eletrônico e do Processo Administrativo) deverá ser dirigido e protocolado na Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Belotur, situada na Rua Aimorés, 981 - 7º

andar CEP 30.140-071, Funcionários, no horário de 09h00min as 17h00min horas.

14.2. A solicitação de revisão de preços deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Diretoria Administrativa e Financeira.

14.2.1. Para a primeira solicitação de revisão de preços, a adjudicatária terá que apresentar também os documentos comprobatórios da composição da planilha apresentada.

14.3. A revisão do(s) preço(s), caso deferida, somente terá validade a partir da data de publicação da deliberação no Diário Oficial do Município (DOM).

14.4. O pedido de revisão, enquanto não deferido total ou parcialmente, não isenta a adjudicatária de dar continuidade às entregas nas condições anteriores.

14.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Diretoria Administrativa e Financeira da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Belotur e ratificação do Diretor Presidente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.6. O percentual de diferença entre o preço de mercado apurado e o último valor ofertado pelo licitante, deverá, preferencialmente, ser mantido durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços e não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico.

14.7. Os preços poderão ser revistos pelo contratante quando, por meio de pesquisa, for apurada redução dos preços médios de mercado dos produtos.

14.8. Quando necessário, os preços vigentes e as especificações das estruturas a serem locadas, poderão ser alterados por ato da Comissão responsável pelo Sistema de Controle de Preços do Registro de Preços, nomeada pelo ordenador de despesas da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A, Órgão Gestor do Registro de Preços, sempre em consonância e seguindo as diretrizes definidas na presente Ata, no edital e na legislação aplicável, especialmente o Decreto Federal 3.931/2001.

14.8.1. As revisões de preços e as alterações nas especificações das estruturas licitadas terão validade a partir da publicação no DOM – Diário Oficial do Município - a ser promovida pela Comissão responsável pelo Sistema de Controle de Preços do Registro de Preços, produzindo todos os efeitos legais, não se exigindo nenhum outro instrumento jurídico formal para a sua efetivação.

14.8.2. Os preços registrados e as especificações serão publicados, no mínimo, trimestralmente, no Diário Oficial do Município pela Comissão citada no subitem anterior.

14.8.3. O acompanhamento das alterações dos preços e das especificações dos equipamentos no DOM – Diário Oficial do Município é de responsabilidade do Órgão que futuramente aderir à presente Ata de Registro de Preços.

14.8.4. Serão pagos os preços vigentes publicados no Diário Oficial do Município na data em que a “Ordem de Serviço” for entregue à adjudicatária, independentemente da data de montagem ou desmontagem dos equipamentos ou de qualquer revisão de preços deferida nesse intervalo de tempo.

14.8.5. A alteração nas especificações das estruturas registradas somente se dará na hipótese da impossibilidade de seu fornecimento devidamente comprovada pelo detentor e deferida pelo Órgão Gestor, ou seja, a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Belotur que, motivadamente, poderá aquiescer com a substituição, se comprovadamente houver vantagem ou, no mínimo, a manutenção das condições de qualidade dos equipamentos registrados e não ocorrer alteração nos preços vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O registro de preços poderá ser cancelado nos seguintes casos:

- I.** pelo descumprimento, por parte do detentor do Registro de Preços, das condições da presente Ata de Registro de Preços;
- II.** quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações decorrentes do Registro de Preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- III.** nas hipóteses de inexecução do objeto;
- IV.** nas hipóteses dos preços registrados tornarem-se superiores àqueles praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma prevista no edital e na presente Ata de Registro de Preços;
- V.** por razões de interesse público;
- VI.** quando o detentor for impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal;
- VII.** quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.1.1. O detentor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer o fornecimento do bem, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação pertinente aplicável.

15.1.2. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade superior do Órgão Gestor e publicado no Diário Oficial do Município.

15.1.3. A solicitação do detentor de cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento dos bens registrados, por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da comprovação do envio da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificado e aprovado pelo Órgão Gestor.

15.1.4. A notificação para cancelamento dos preços registrados será enviada diretamente ao detentor. No caso da ausência do recebimento, a mesma será publicada no Diário Oficial do Município.

15.1.5. Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a IV do subitem 15.1 desta Ata, a Administração aplicará as penalidades previstas em lei e no instrumento convocatório, garantida a defesa prévia, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do resumo ou da íntegra da presente Ata de Registro de Preços no DOM – Diário Oficial do Município - será providenciada e correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

16.2. Integram esta Ata de Registro de Preços o Edital do Pregão Eletrônico nº. 008/2012 – RP, com todos os seus anexos e a proposta de preços apresentada pelo signatário detentor no certame supracitado.

16.3. Aplicam-se à presente Ata de Registro de Preços e às contratações dela decorrentes as penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 12.976/2007.

16.4. As questões decorrentes da utilização desta Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Belo Horizonte/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2012.

Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A
Órgão Gestor

Empresa
Signatária Detentora

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2012 - RP
PROCESSO Nº. 23.851/DRPT/2012

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO
DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contrato de Fornecimento, a título de locação, de estruturas de boxtruss, com transporte, montagem e desmontagem para atender demanda da Belotur durante 12 (doze) meses, que entre si celebram a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR e a empresa _____.

A **Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – BELOTUR**, CNPJ nº. 21.835.111/0001-98, com sede nesta capital, na Rua Aimorés, nº. 981, 6º andar, Funcionários, Belo Horizonte (MG), CEP 30.140-071, neste ato representada pelo Presidente, Sr. _____ (qualificação) e a Diretora Administrativa e Financeira, Sra. _____, (qualificação) a seguir denominada **BELOTUR**, e _____ CNPJ nº. _____, Inscrição Municipal nº. _____, estabelecida na _____, vinculados ao Processo Administrativo nº. 23.851/DRPT/2012, ao edital designado, Pregão Eletrônico nº. 008/2012 - RP e seus Anexos e, legislações pertinentes, neste ato representada por seu representante legal, Sr. _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, ajustam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- 1.1.1. Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 008/2012 - RP, com todos os seus anexos;
- 1.1.2. Ata de Registro de Preços;
- 1.1.3. Proposta de Preços Registrados;

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o compromisso da contratada em fornecer ao contratante, sob o regime de Sistema de Registro de Preços, de estruturas de boxtruss (PREENCHER CONFORME O LOTE), a título de locação, com transporte, montagem, desmontagem, operacionalização e manutenção para atender a demanda da Belotur, durante o período de 12 (doze) meses

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

- a) 2805.0002.23.695.086.2.629.339039.0300.
- b) 2805.0005.23.695.086.2.900.339039.0300.
- c) 2805.0007.23.695.086.2.900.339039.0300.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO

4.1 O presente contrato tem o valor total estimado de R\$ _____ (_____).

4.2. A prestação do serviço será executada quando solicitado, na forma e condições fixadas no presente instrumento, de acordo com a demanda da Contratante.

4.3. As quantidades constantes do Anexo I são **estimativas**, não se obrigando a Administração pela aquisição total indicada.

4.4. A contratada concorda com a redução do objeto estimado além dos limites estabelecidos no parágrafo 2º, inciso 2º do artigo 65 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DECORRENTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

5.2. A prorrogação a que se refere o item anterior será realizada mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA: DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado após 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

6.2. Havendo prorrogação do contrato após 12 (meses), o valor poderá ser reajustado, com base no menor índice vigente no período.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O preço que passa a ser registrado, conforme Proposta de Preços da Contratada, parte integrante do presente instrumento, é o seguinte:

LOTE	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO LOTE	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)

7.2. O preço registrado cobre todas as despesas inerentes ao fornecimento do objeto licitado, incluindo todos os tributos, encargos, fretes, descarregamento, custos financeiros, lucro e demais ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (meses), contados da data de sua publicação, inadmitida sua prorrogação.

CLÁUSULA NONA: DOS PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO/LOCAL DE ENTREGA

9.1. A “Ordem de Serviço ou de Fornecimento” será retirada pela adjudicatária na Belotur, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da convocação.

9.1.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo contratante.

9.1.2. O aviso para que o signatário da Ata de Registro de Preços retire devidamente a “Ordem de Serviço ou de Fornecimento” deverá ser comprovado por meio de comunicação via fax, e-mail ou publicação no DOM – Diário Oficial do Município - ou outro meio eficaz.

9.2. O local para a prestação dos serviços contratados será informado, com antecedência ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS E AO CONTRATO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO.



Belo Horizonte



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

10.1. As aquisições decorrentes do presente Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Diretoria Administrativa/Financeira, após consultar o sistema de controle.

10.1.1. O órgão ou unidade participante do Registro deverá encaminhar requisição à Gerência Administrativa e Financeira da Belotur contendo:

- a) dotação orçamentária e disponibilidade;
- b) descrição dos produtos, quantidades e valores;
- c) data limite e local para entrega;
- d) assinatura e carimbo do requisitante e do Ordenador de Despesa

10.1.2. De posse da requisição devidamente formalizada, a Diretoria Administrativa e Financeira, consultará o sistema de controle, autorizará o órgão requisitante a autuar os documentos em processo administrativo e a emitir a Nota de Empenho ou documento equivalente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1. Preparar e instruir para pagamento as notas fiscais apresentadas pela contratada.

11.2. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento das estruturas.

11.3. Notificar a adjudicatária, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço contratado.

11.4. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, bem como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

11.5. Prestar informações necessárias, com clareza, à contratada, para a execução dos serviços avançados.

11.6. Informar à contratada com antecedência o dia, a hora e o local do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO DETENTOR DO REGISTRO DE PREÇO

Sem prejuízo das obrigações contidas no ANEXO I - Termo de Referência, a Contratada deverá, ainda:

12.1. Assegurar a boa qualidade do serviço prestado.

12.2. Executar os serviços com estrita observância das especificações técnicas e detalhamentos contidos no edital e seus anexos e com fiel observância às disposições da legislação em vigor com relação às normas de segurança;

12.3. Responsabilizar-se pelo transporte e descarregamento dos materiais e estruturas necessários para a execução dos serviços, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Contratante, bem como pela montagem, desmontagem, operacionalização e manutenção dos mesmos, devendo a desmontagem ser feita somente após o término total do evento.

12.4. Apresentar projeto de montagem dos equipamentos, devidamente assinado pelo Engenheiro indicado como Responsável Técnico.

12.5. Em caso de mudança de Responsável Técnico comunicar à Belotur e apresentar nova declaração, conforme modelo Quadro I;

12.6. Apresentar à contratante a cópia quitada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), acerca das condições de operacionalidade e qualidade técnica de montagem e instalação com, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do seu início;

12.7. Fornecer todo o material a ser incorporado ao equipamento locado, assim como os demais materiais necessários à plena execução do serviço;

12.8. Credenciar representante da empresa junto à Contratante para gerenciar a execução do serviço contratado e atuar como interlocutor entre as partes;

12.9. Disponibilizar para a execução dos serviços, equipe técnica altamente habilitada de acordo com as necessidades, sem ônus adicional;

12.10. Providenciar a retirada dos equipamentos, logo após o término dos eventos para os quais foram locados, sendo que a Belotur não se responsabilizará por quaisquer danos causados aos mesmos.

12.11. Cumprir o disposto na Portaria nº 3214 e seus anexos, do Ministério do Trabalho, no tocante às exigências de segurança e medicina do trabalho;

12.12. Cumprir os prazos informados pela Belotur para a montagem e desmontagem dos equipamentos.

12.13. Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste edital.

12.14. Cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal: A adjudicatária não poderá utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18

(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

12.15. Manter, durante todo o período de vigência da ata, atualizados, os documentos apresentados, por ocasião, do Registro Cadastral no SUCAF, sob pena de suspensão dos pagamentos e ou rescisão contratual;

12.16. Atender as solicitações da Belotur relativas ao objeto licitado sempre que for requisitado.

12.17. Apresentar sempre que solicitado pelo contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

12.18. Sempre praticar os preços vigentes publicados no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gestor, dando ciência, se necessário, aos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento dos serviços executados será efetuado em 30 (trinta dias), após a entrega da nota fiscal, por intermédio de borderô eletrônico.

13.2. Deverá ser discriminado na nota fiscal o valor da mão de obra utilizada na prestação dos serviços executados, bem como a retenção da seguridade social e/ou outros impostos cabíveis, conforme legislação vigente.

13.3. Como condição para a liberação do pagamento, deverão ser apresentadas pela contratada à Belotur, com a devida antecedência, cópias dos comprovantes de pagamento de todos os encargos sociais, FGTS, ainda, demais tributos, relativos à prestação de serviço contratada, quando for o caso.

13.4. Na hipótese de a contratada não apresentar tempestivamente a nota fiscal ou os documentos relacionados à regularidade da empresa ou ainda se apresentá-los com incorreções, a quitação dar-se-á em 30 (trinta) dias após a regularização da pendência, não cabendo qualquer acréscimo a título de correção monetária ou juros moratórios, conforme o caso.

13.5. A contratada entregará a nota fiscal diretamente ao Setor de Orçamentos e Contratos da Belotur, que, após aprová-la, providenciará o pagamento.

13.6. As notas fiscais/fatura deverão obrigatoriamente discriminar a prestação dos serviços executados, bem como todos os impostos retidos na Fonte, quando for cabível.

13.7. A contratada deverá emitir a nota fiscal conforme legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços poderão ser revistos, por solicitação expressa da Contratada, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

14.1.1. O pedido deverá ser dirigido e protocolado na Belotur, na Rua Aimorés, 981 – 6º andar, bairro Funcionários, no horário de 09h:00min as 17h:00min.

14.2. A solicitação de revisão de preços deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da necessidade de revisão de preços, originais ou cópias autenticadas, a qual deverá ser aceita pela autoridade competente quando for o caso. Em não sendo aceito o pedido de revisão de preços, manter-se-á o último valor vigente.

14.2.1. Para a primeira solicitação de revisão de preços, a contratada terá que apresentar também os documentos comprobatórios da composição da planilha apresentada.

14.3. A revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data de publicação da deliberação no Diário Oficial do Município (DOM).

14.4. O pedido de revisão, enquanto não deferido total ou parcialmente, não isenta a contratada de dar continuidade às entregas nas condições anteriores.

14.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da alteração solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Gerência Administrativa e Financeira da Belotur no prazo de 10 (dez) dias úteis e ratificação do Presidente.

14.6. O percentual de diferença entre o preço de mercado apurado e o último valor ofertado pelo licitante ou o último valor negociado direto com o proponente, não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste Registro.

14.7. Os preços também poderão ser revistos quando, através de pesquisa, for apurada redução do preço médio de mercado do produto.

14.7.1. Nesta hipótese será aplicada a redução do preço registrado mantendo a diferença percentual estipulada na Ata de Registro de Preços, atendendo o disposto legal pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E RESCISÃO DO CONTRATO DE COMPROMISSÃO DE FORNECIMENTO.

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

15.1.1. pela contratante, quando:

- a) a contratada infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato;
- b) a contratada transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- c) a contratada entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- d) a contratada recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- e) a contratada deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
- f) a contratada ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a contratada se recusar a baixá-los, após solicitação expressa da contratante, de forma a manter o mesmo percentual de diferença entre o preço ofertado e o preço de mercado na forma prevista no contrato de compromisso de fornecimento;
- h) por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

15.1.2. pela contratada, quando:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do contrato de compromisso de fornecimento.

15.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no subitem 15.1.1, será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

15.2.1. No caso de ser ignorada, incerta ou inacessível a localização da contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município por uma vez e afixado no local de costume do órgão responsável pelo registro, considerando-se cancelado o registro na data da publicação.

15.3. A contratante terá 30 (trinta) dias para analisar e decidir sobre pedido de cancelamento do preço registrado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste contrato, assegurada defesa prévia da contratada, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

15.3.1. A solicitação para cancelamento do preço registrado não isenta a contratada de cumprir as obrigações contratuais até que o contrato seja rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Licitante e/ou da Adjudicatária/Signatário Detentor/Contratada, sujeitando-os às seguintes penalidades:

16.1.1. Advertência escrita.

16.1.2. multas, nos seguintes percentuais:

a) 20 % (vinte por cento) do(s) valor(es) total(is) da(s) adjudicação(ões) do(s) lote(s) que tenha(m) sido vencedor, quando a adjudicatária se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou o(s) Contrato(s), em observância ao disposto no artigo 81, Lei nº. 8.666/93;

b) diária de 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) sobre o(s) valor(es) total(is) do(s) item(ns) constante(s) da Ordem de Serviço entregue(s) em atraso, limitada a 02 (duas) horas;

b1) A critério do contratante, dependendo do dano acarretado pela não entrega do equipamento, a penalidade prevista na alínea “b” poderá ser desconsiderada em detrimento da aplicação da multa prevista na alínea “c” independente dos dias de atraso.

b2) Na hipótese do equipamento ser recebido em prazo superior a 02 (duas) horas, será aplicada a multa moratória da alínea “b” juntamente com a multa compensatória de 5% sobre o valor total do item constante da Ordem de Serviço;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor total constante da Ordem de Serviço relativo ao(s) item(ns) não entregue(s) e/ou por descumprimento das demais obrigações contratuais;

d) 20 % (vinte por cento) sobre o valor atualizado do quantitativo não entregue constante no Contrato para o(s) item(ns) inadimplido(s) quando

o descumprimento total ou parcial das obrigações resultar no cancelamento da Ata de Registro de Preços e rescisão do contrato.

16.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do artigo 20 do Decreto Municipal nº. 12.436/2006.

16.2. A penalidade de advertência será aplicada pela Gerência Administrativa, nos casos referentes ao procedimento licitatório.

16.3. As multas serão aplicadas:

16.3.1. Pela Gerências Administrativo nos casos referentes às alíneas “b” e “c” do subitem 16.1.2;

16.3.2. Pela Diretoria Administrativa/Financeira nos casos previstos nas alíneas “a” e “d” do subitem 16.1.2;

16.3.3. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas dos pagamentos imediatamente subseqüentes a sua aplicação.

16.4. O impedimento de licitar e contratar, como penalidade, será aplicada pelo Secretário Municipal de Finanças.

16.5. Na aplicação das penalidades de advertência e multa será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.5.1. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

16.6. Na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

16.6.1. No caso de aplicação da penalidade prevista no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso.

16.7. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexeqüível.

16.8. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente após a análise do caso concreto, e não eximem o Signatário Detentor da Ata de Registro de Preços ou Contratada de plena execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A contratada prestará garantia no valor R\$ ____ (_____) equivalente a 3% (três por cento) do valor total estimado constante na Cláusula Quarta deste contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- I. caução em dinheiro;
- II. seguro garantia;
- III. fiança bancária.

17.2. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do contratado, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período de garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto em legislação específica.

17.3. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

17.4. A BELOTUR se utilizará de pleno direito, total ou parcialmente da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas neste contrato.

17.5. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a contratada se obrigará a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data em que for notificada.

17.6. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução deste contrato, desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a ela relativa, hipótese em que ficará retida até a solução final.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO.

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante, conforme parágrafo 2º, do art. 79, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Registro de Preços poderá ser utilizado pelos demais órgãos da Administração Municipal nos termos da legislação vigente.

19.2. As aquisições decorrentes do objeto deste contrato serão autorizadas, caso a caso, pela Gerência Administrativa e Financeira.

19.2.1. As requisições deverão ser encaminhadas à Gerência Administrativa e Financeira da Belotur, contendo:

- a) dotação orçamentária e disponibilidade;
- b) descrição do produto, quantidade e valor;
- c) data limite e local para entrega;
- d) assinatura e carimbo do requisitante e do Ordenador de Despesa.

19.2.2. De posse da requisição devidamente formalizada, a Gerência Administrativa e Financeira, autorizará a Comissão de Gerenciamento de Registro de Preços a autuar os documentos em processo administrativo devidamente identificado e emitir a “Ordem de Serviços ou de Fornecimento” respectiva, entregando-a à contratada mediante recibo.

19.3. A recusa da Contratada em receber o pedido no prazo estipulado na Cláusula Nona deste contrato, caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas na lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Sexta.

19.4. A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.5. Será pago o preço vigente na data em que a “Ordem de Serviços ou de Fornecimento” for entregue à contratada, independentemente da data de fornecimento do objeto deste contrato na unidade recebedora ou de qualquer revisão de preço deferida nesse intervalo de tempo.

19.6. Os fornecimentos dos equipamentos, objeto do presente contrato, serão para todos os fins de direito, tratados como contratações autônomas e independentes.

19.7. A publicação do extrato do presente contrato será providenciada pela Contratante.

19.8. A tolerância do contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da contratada não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

19.9. A contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.



E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Belo Horizonte, _____ de xxxxxxxx de 2012.

EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR

CONTRATADO/FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
CPF:

2) _____
NOME:
CPF:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2012 - RP
PROCESSO Nº. 23.851/DRPT/2012**ANEXO V**
DECLARAÇÃO PARA O LICITANTE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº
123/06

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar nº. 123/2006, na condição de _____ (EPP – Empresa de Pequeno Porte /ME – Micro empresa ou Cooperativa – Lei nº. 11.488/2007) considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da Lei nº. 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, _____ de _____ de 2012.

Nome da empresa licitante
Assinatura do responsável legal da empresa licitante